ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

Fenaj Jore
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE JORNAIS E REVISTAS

O ITAPERUNENSE

A Verdade Deve Ser Livre!

oitaperunense@yahoo.com

Fundado em 1890 por Antônio Gaudêncio Garcia

23 ANOS DE NOVA EDIÇÃO

ANO XXIII - Nº 945 ITAPERUNA, SÁBADO, 27 DE FEVEREIRO DE 2021 EDITOR: ANDRÉ GARCIA - MTB Nº 61964/RJ

CAFÉ ESPECIAL DE VARRE-SAI GANHA DESTAQUE NO MERCADO NACIONAL

■ Os cafés especiais estão dando um novo impulso à indústria cafeicultora do estado do Rio de Janeiro - com enfoque na qualidade dos grãos. Para celebrar este avanço, o governador em exercício Cláudio Castro participou, na quinta-feira (25), da entrega dos certificados de premiação aos produtores vencedores do IV Concurso de Cafés Especiais do Rio de Janeiro. O evento foi realizado na sede da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, em Niterói, na Região Metropolitana. Os maiores vencedores foram Fidélis e Alyne Rodolphi, de Varre-Sai, que levaram o primeiro lugar nas categorias Café Natural e Café com Cereja Descascado. O casal faz parte da terceira geração de produtores. **PÁGINA 8**

Café especial do Rio de Janeiro ganha destaque no mercado nacional

AGERIO ABRE LINHAS DE CRÉDITO PARA EMPRESAS

■ A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) está com linhas de crédito abertas para empresas de todos os segmentos e municípios fluminenses. Os financiamentos, com taxas de juros a partir de 0,49% ao mês, podem ser feitos para capital de giro, inovação, turismo, sustentabilidade, máquinas e equipamentos, franquias e expansão. A carência é de até 60 meses, e prazo para pagamento de até 240 meses, conforme a linha selecionada e a análise crédito. **PÁGINA 7**

DER-RJ REALIZA OBRA DE RECAPEAMENTO EM TRECHO DA RODOVIA RJ-124, EM NATIVIDADE

■ Equipes do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio (DER-RJ) começaram a realizar o recapeamento asfáltico de trecho da RJ-214. As obras acontecem no perímetro urbano de Natividade, na Região Noroeste do estado, e estão sendo executadas por equipes de conservação e manutenção da 6ª e 10ª Residências de Obras e Conservação do DER-RJ. O trecho a ser contemplado tem um quilômetro de extensão, e a expectativa é que os trabalhos estejam totalmente concluídos nesta semana, dependendo apenas de boas condições climáticas. **PÁGINA 4**

Com 65 quilômetros de extensão, a RJ-214 liga a BR-356, no município de Itaperuna, à localidade de Fazenda Providência, no município de Varre-Sai

SEEDUC PODE SER OBRIGADA A DIVULGAR LISTA DE ESPERA PARA VAGAS NO ESTADO

■ A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) pode ser obrigada a divulgar a lista de espera para vagas existentes nas escolas estaduais. É o que propõe o projeto de lei 433/19, da deputada Martha Rocha (PDT) que foi aprovado, em segunda discussão, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A medida foi encaminhada ao governador em exercício, Cláudio Castro, que terá até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la. A lista deverá ser divulgada no site da Seeduc, sendo discriminada a quantidade de vagas preenchidas e livres, além do número de pessoas na fila de espera para cada escola, separadas por faixa etária. **PÁGINA 5**

CÂMARA APROVA PENA DE PRISÃO E MULTA PARA QUEM FURAR FILA DA VACINA

Quem não respeitar a fila de prioridade pode ser preso; neste primeiro momento idosos são um dos grupos prioritários

■ O Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei 25/21, do deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), que tipifica os crimes de infração de plano de imunização; peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos; e corrupção em plano de imunização. O objetivo é coibir a prática de furar a fila de vacinação contra o novo coronavírus e outros desvios. A matéria segue para análise do Senado.

Tramitando em conjunto com o PL 25/21 estavam 17 projetos que estipulavam penas diferentes contra quem burlar o plano de vacinação. O Plenário aprovou substitutivo da relatora, deputada Margarete Coelho (PP-PI), que destacou a importância e qualidade das propostas. "Os deputados tiveram a sensibilidade para perceber o momento de grave crise instalada pela pandemia", comentou Margarete Coelho.

A infração de ordem de prioridade de vacinação, também caracterizada como afronta à operacionalização de plano de imunização, pode resultar em pena de reclusão de um a três anos, e multa. A pena é aumentada de um terço se o agente falsifica atestado, declaração, certidão ou qualquer documento.

Além disso, a proposta dobra a pena de expor a vida ou saúde de alguém a perigo no caso de simulação ou aplicação fraudulenta de vacina. Com isso, a pena passa de detenção de três meses a um ano para detenção de seis meses a dois anos.

Na votação do projeto, os deputados fizeram referência a denúncias que mostram vídeos de agentes de saúde simulando aplicar a vacina do coronavírus, mas não utilizando a dose do frasco. "O conteúdo das vacinas não está sendo aplicado em idosos, gerando grave risco à saúde", alertou a deputada Soraya Manato (PSL-ES).

Peculato e corrupção - A pena de peculato (apropriação, desvio ou subtração) de vacinas, bens ou insumos medicinais ou terapêuticos é de reclusão de 3 a 13 anos, e multa. O crime vale tanto para vacina pública como para particular.

O crime de corrupção em plano de imunização se caracteriza por valer-se do cargo para, em benefício próprio ou alheio, infringir a ordem de prioridade de vacinação ou afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de plano federal, estadual, distrital ou municipal de imunização. A pena é de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.

Agente público - Caso o funcionário público deixe de tomar providências para apurar o crime de corrupção em plano de imunização, ele poderá receber a mesma punição. A pena é aumentada de um terço até a metade se o funcionário exige, solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Um dos autores dos projetos, o deputado Alex Manente (Cidadania-SP) afirmou que o fura-fila não pode passar impune. Já o deputado Gustavo Fruet (PDT-PR) declarou ser a favor do projeto de lei, mas ponderou que, mais importante do que o tamanho da pena, é ter certeza de que haverá punição para quem furar a fila de vacinação. Ele lamentou a demora no plano de vacinação. "Neste ritmo, todas as projeções apontam que chegaremos a 70% da população vacinada apenas em 2023 ou 2024.

Doação para o Amazonas - Presidindo a sessão, o primeiro-vice-presidente, deputado Marcelo Ramos (PL-AM) agradeceu ao governador de São Paulo, João Dória, por reconsiderar a doação de 50 mil doses de vacina para o estado do Amazonas. A doação havia sido suspensa depois de notícias sobre a prática de furar a fila de vacinação em Manaus.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Natalia Doederlein

ESTADO QUER INCENTIVAR EM ITABORAÍ INSTALAÇÃO DE EMPRESAS QUE USAM GÁS

■ O Governo do Estado está trabalhando para criar um polo de empresas que usam o gás como matéria-prima em Itaboraí e no entorno da cidade da Região Metropolitana. A ideia é que os empreendimentos fiquem próximos ao gasoduto Rota 3, em fase final de construção e que liga a Bacia de Santos a uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), também em construção, no Polo Gaslub Itaboraí, o antigo Comperj. O anúncio foi feito durante o evento Maricá Energy 2021, realizado virtualmente.

Segundo o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Leonardo Soares, a criação deste hub será fundamental para ampliar o potencial de monetização do gás natural e atrair investimentos para o estado do Rio de Janeiro.

- O Gaslub possui alta sinergia com empresas de serviços e indústrias, principalmente ligadas ao ramo químico e petroquímico. Queremos gerar mais relevância para o empreendimento com a chegada de mais empresas para a região - explica Leonardo Soares.

O subsecretário estadual de Óleo, Gás e Energia, Daniel Lamassa, destacou que o gasoduto Rota 3 tem como objetivo ampliar o escoamento de gás natural dos projetos em operação na área do pré-sal da Bacia de Santos.

- Este gás será uma realidade a curto prazo. Portanto, temos que criar um setor de serviços na região para usufruir desta energia. A Rota 3 está sendo construída pela Petrobras para interligar a produção da Bacia de Santos com a UPGN de Itaboraí. A capacidade de escoamento será de até 21 milhões de m³ por dia. Já a UPGN terá capacidade de processamento e beneficiamento do gás natural com capacidade máxima para tratar 14 milhões de m³ por dia, com previsão de operacionalização ainda em 2021 e com empresa operadora já definida: a Forship Engenharia, empresa carioca de engenharia - explicou Lamassa.

Representantes da Prefeitura de Maricá e do Sebrae, entre outros convidados, também participaram da live promovida pela Rede Petro Rio, que teve como objetivo incentivar a aproximação e a geração de negócios entre as pequenas e grandes empresas do setor de Petróleo, Gás e Energias Renováveis no estado do Rio de Janeiro.

O ITAPERUNENSE

PECLY & GARCIA LTDA-ME
CNPJ Nº 02.441.744/0001-77
Rua José de Freitas nº 43 - Centro - Cep.: 28.300.000 - Itaperuna/RJ - **TEL:(22) 99948-1737**
E-mail: oitaperunense@yahoo.com

EDITOR/DIRETOR: ANDRÉ GARCIA
FILIADO A ADJORI - ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE JORNAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

*** A DIREÇÃO DA EMPRESA NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS CONCEITOS E OPINIÕES EMITIDOS, ATRAVÉS DE ARTIGOS E CRÔNICAS PUBLICADOS NESTE JORNAL, QUE NÃO SEJAM DA EDITORIA DO ÓRGÃO.**

COMUNICAÇÃO, MARKETING DIGITAL E REDES SOCIAIS

- DESENVOLTIMENTO DE WEBSITES
- ESTUDO DE ALGORITMOS
- DESIGNER PROFISSIONAL
- PLANEJAMENTO E ANÁLISE
- BRANDING
- ASSESSORIA DE IMPRENSA
- RELAÇÕES PÚBLICAS

comuniQque

www.comuniqque.com.br

Fale com a gente: (22) 9 9844-0609

DER-RJ REALIZA OBRA DE RECAPEAMENTO EM TRECHO DA RODOVIA RJ-124, EM NATIVIDADE

■ Equipes do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio (DER-RJ) começaram na última quarta-feira (17/02) a realizar o recapeamento asfáltico de trecho da RJ-214. As obras acontecem no perímetro urbano de Natividade, na Região Noroeste do estado, e estão sendo executadas por equipes de conservação e manutenção da 6ª e 10ª Residências de Obras e Conservação do DER-RJ.

O trecho a ser contemplado tem um quilômetro de extensão, e a expectativa é que os trabalhos estejam totalmente concluídos nesta semana, dependendo apenas de boas condições climáticas.

- A estrada ajuda na ligação entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de facilitar o escoamento da produção cafeeira da região. Com isso, impulsiona o desenvolvimento econômico local - destaca o presidente do DER-RJ, Luiz Roberto Pereira de Souza.

Com 65 quilômetros de extensão, a RJ-214 liga a BR-356, no município de Itaperuna, à localidade de Fazenda Providência, no município de Varre-Sai.

Com 65 quilômetros de extensão, a RJ-214 liga a BR-356, no município de Itaperuna, à localidade de Fazenda Providência, no município de Varre-Sai

SECRETARIA DO AMBIENTE DESCOBRE PLANTA QUE NÃO ERA VISTA DESDE 1982

■ A Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) fez uma descoberta botânica no Parque Estadual da Costa do Sol que animou a comunidade científica. A espécie Pleroma hirsutissimum, que não era vista na natureza desde 1982, foi vista na unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) na Região dos Lagos.

Criticamente ameaçada de extinção, a planta pode atingir um metro de comprimento, tem muitos pelos e, quando desabrocha, exibe belas e exuberantes flores roxas. A identidade da espécie, pertencente à família das quaresmeiras e que só ocorre em Cabo Frio, foi confirmada pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro Paulo Guimarães.

Para Inara Batista, coordenadora do Plano de Ação Nacional para Conservação da Flora Endêmica (PAN) para a WWF-Brasil/Seas, a descoberta pode significar um futuro mais seguro para a biodiversidade fluminense.

- Este achado é de extrema relevância para a flora do estado do Rio de Janeiro, uma vez que, quando redescobrimos uma planta, podemos promover ações diretas em prol da conservação da espécie - destaca Batista.

Sobre os projetos - A descoberta da pesquisadora Inara Batista e do servidor Marcos Loureiro, da Seas, é fruto do Plano de Ação Nacional para Conservação da Flora Endêmica (PAN), que atua no âmbito do Programa Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), e tem como objetivo proteger cerca de 300 espécies criticamente ameaçadas de extinção que não contam com nenhum instrumento de conservação.

Além da Seas, do Inea e outros órgãos estaduais de Meio Ambiente, estão entre os parceiros do Pró-Espécies o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A estratégia é financiada pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês para Global Environment Facility Trust Fund). É implementado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e tem a WWF-Brasil como agência executora.

ESTADO FORNECERÁ A MUNICÍPIOS PROJETOS DE PLACAS PARA SINALIZAR ÁREAS TURÍSTICAS

■ O Governo do Rio, por meio da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio) e da Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ), irá mapear as demandas de sinalização dos pontos turísticos das regiões com maior potencial de visitação do estado. O objetivo é facilitar o acesso dos turistas. Com base nas informações colhidas, o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras (Seinfra), produzirá projetos de placas indicativas para serem fornecidos gratuitamente aos municípios.

A medida é uma das ações do Governo do Estado para o incentivo ao turismo no interior, principalmente após a pandemia. Para garantir o início do projeto, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre o secretário estadual de Infraestrutura e Obras, Bruno Kazuhiro, o presidente do IEEA, Guilherme Fonseca, e o presidente da TurisRio, Sérgio Ricardo de Almeida.

O acordo prevê que os projetos básicos e executivos de sinalização das placas sejam realizados por técnicos do IEEA. Já a TurisRio irá fornecer toda a infraestrutura necessária, assim como entender as demandas das prefeituras locais. O trabalho está previsto para começar no próximo mês pela região do Vale do Café.

- Os projetos serão entregues seguindo um padrão nacional, o que ajudará os municípios a buscar recursos com o governo federal para a implementação das placas. É uma das medidas que contribuem para o planejamento da retomada do turismo de proximidade e rodoviário nessas regiões, o que é fundamental nesse momento de pandemia - disse Bruno Kazuhiro.

O presidente da TurisRio, Sérgio Ricardo de Almeida, considera a iniciativa estratégica em função do atual momento enfrentado pelo setor de turismo.

- Atualmente, percebemos uma tendência do turismo de proximidade como opção do público dos estados próximos como São Paulo e Minas Gerais, além do próprio fluminense. Então, é fundamental que haja essa estrutura, tanto para o turista quanto para a população local - completa Sérgio.

Para o secretário de Estado de Turismo, Gustavo Tutuca, a iniciativa é essencial para a retomada do setor, principalmente para as regiões do interior.

- A sinalização turística é uma das ações fomentadoras do turismo, prevista no Plano Estratégico da Setur-RJ. Sobretudo no interior, as placas indicativas das regiões são essenciais para que o turista tenha a estrutura necessária para se deslocar e se localizar quando estiver vindo para o Rio de Janeiro - finalizou.

Projetos de placas para sinalizar áreas turísticas nos municípios

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

SEEDUC PODE SER OBRIGADA A DIVULGAR LISTA DE ESPERA PARA VAGAS NO ESTADO

■ A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) pode ser obrigada a divulgar a lista de espera para vagas existentes nas escolas estaduais. É o que propõe o projeto de lei 433/19, da deputada Martha Rocha (PDT) e do deputado Waldeck Carneiro (PT), que foi aprovado, em segunda discussão, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

A medida foi encaminhada ao governador em exercício, Cláudio Castro, que terá até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la. A lista deverá ser divulgada no site da Seeduc, sendo discriminada a quantidade de vagas preenchidas e livres, além do número de pessoas na fila de espera para cada escola, separadas por faixa etária.

A lista, que será dividida por unidade da Seeduc, deverá conter os dados do estudante e do responsável, a data de inscrição e os critérios utilizados para qualquer alteração que ocorrer na lista. As escolas também deverão divulgar no seu interior a lista de espera específica da instituição, devendo ser atualizada pelo diretor.

FOTO: Alerj/Imprensa-RJ

Projeto de lei da deputada Martha Rocha (PDT) já foi encaminhado ao governador em exercício Cláudio Castro

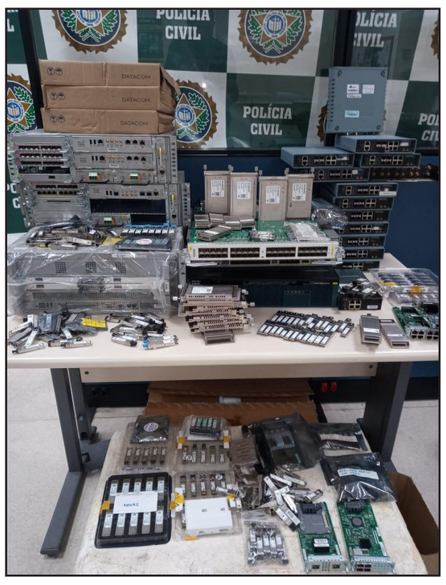
FECHADA EMPRESA QUE VENDIA R$ 500 MIL EM EQUIPAMENTOS FURTADOS

■ Policiais civis da Delegacia de Roubos e Furtos de Carga (DRFC) e da Delegacia de Defesa dos Serviço de Delegados (DDSD) estouraram uma empresa que vendia mais de R$ 500 mil em equipamentos furtados, no bairro Várzea, em Teresópolis, Região Serrana. A ação aconteceu após um trabalho integrado de inteligência e investigação.

Segundo os agentes, os equipamentos apreendidos são de propriedade das empresas Huawei, Oi, Tim e Vivo, específicos para a transmissão de dados de internet e de distribuição exclusiva para essas marcas, não sendo comercializados no mercado. O material foi encontrado na sede de uma empresa de revenda de produtos tecnológicos, que funcionava em um shopping em Teresópolis.

De acordo com as investigações, os equipamentos são adquiridos por operadores de internet que prestam serviços em cidades do interior do Brasil. Alguns chegam a valer R$ 60 mil e são utilizados para aumentar a potência de transmissão de dados de fibra ótica.

Na ação, dois empresários foram conduzidos para as delegacias, prestaram depoimentos e responderão por receptação qualificada.



ISP: ESTADO DO RIO DE JANEIRO REGISTRA DIMINUIÇÃO DE 37% NOS ROUBOS DE CARGA

■ Os registros de roubo de carga no estado do Rio de Janeiro tiveram queda de 37% em janeiro deste ano na comparação com o mesmo mês de 2020. Já em relação a dezembro de 2020, a redução foi de 21%. Se levarmos em consideração o último trimestre (novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021), houve declínio de 32% em relação ao mesmo período dos anos anteriores.

Os roubos de cargas se mantêm em uma curva descendente desde 2018. É importante salientar que um estudo divulgado pelo ISP, em outubro, mostrou que a queda nos roubos de carga não tem correlação estatística com o isolamento social por conta da pandemia do novo coronavírus. Para elaborar o relatório, os analistas do Instituto cruzaram dados dos usuários do Google com os registros de ocorrência da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

Em janeiro deste ano, as polícias Civil e Militar retiraram de circulação cerca de 20 armas de fogo por dia no estado, contabilizando um total de 619 armas apreendidas. Destas, 53 eram fuzis – esse foi o segundo maior valor para o mês de janeiro desde 2007.

Os crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte) registraram aumento de 2% na comparação entre os meses de janeiro. Já o indicador homicídio doloso apresentou crescimento de 1% no mesmo período. As mortes por intervenção de agente do Estado tiveram redução de 4% no primeiro mês de 2021.

Principais indicadores:

- Homicídio doloso: 361 vítimas em janeiro - este foi o segundo valor para o mês desde 2013. Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador registrou aumento de 1%.

- Crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte): 376 vítimas em janeiro - esse número representa o segundo menor valor para o mês desde 2013. Na comparação com o ano passado, o indicador apresentou aumento de 2%.

- Roubo seguido de morte (latrocínio): 13 vítimas em janeiro – este foi o segundo menor valor para o mês desde 2016. Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador apresentou cinco mortes a mais.

- Morte por intervenção de agente do Estado: 149 mortes em janeiro de 2021 - este é o menor valor para o mês desde 2018. Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador apresentou queda de 4%.

- Roubo de carga: 363 casos em janeiro de 2021. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o indicador apresentou queda de 37%.

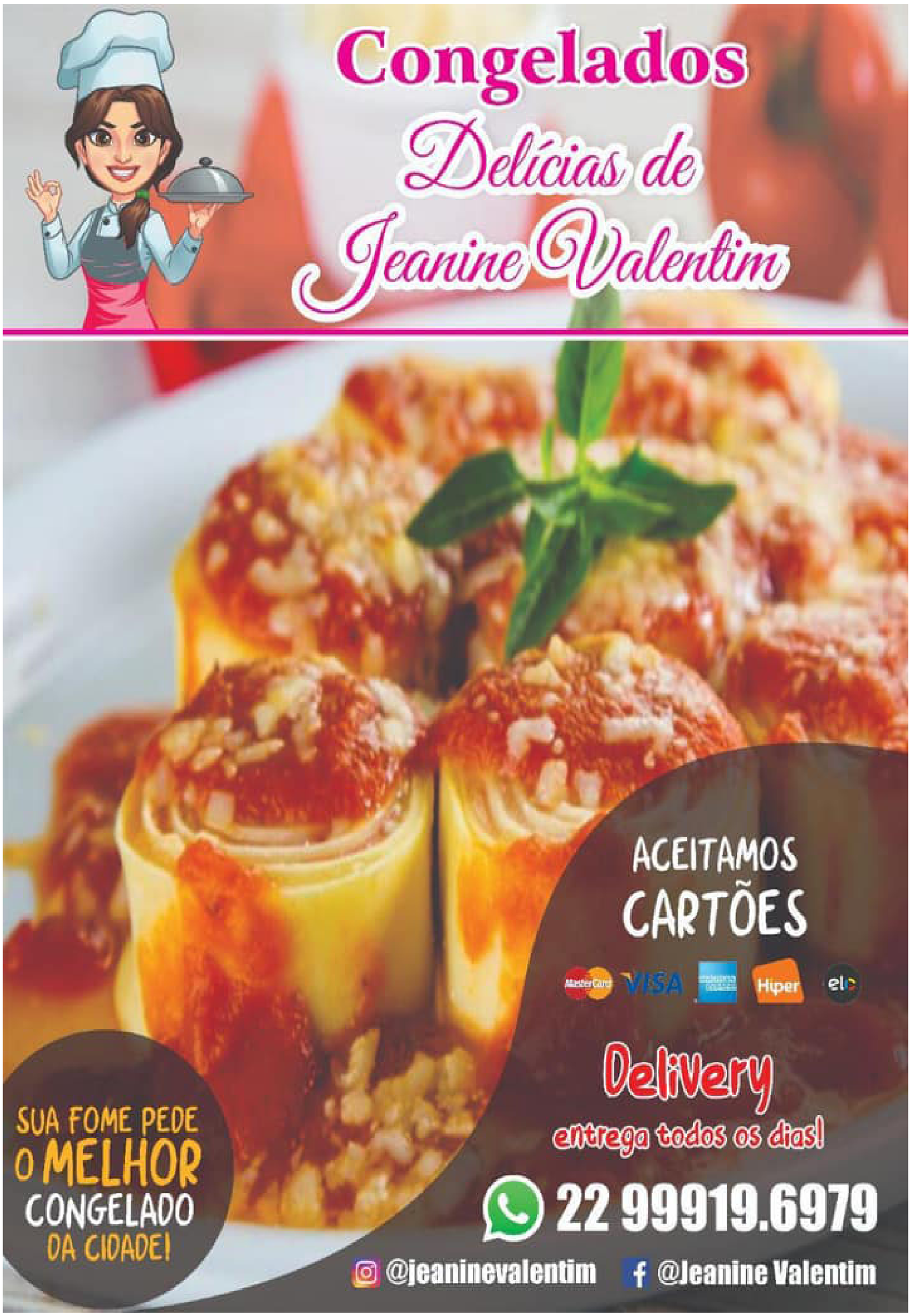
- Roubo de veículo: 2.332 ocorrências em janeiro. Na comparação com 2020, o indicador apresentou queda de 28%.

- Roubo de rua (roubo a transeunte, roubo de aparelho celular e roubo em coletivo): 6.436 registros em janeiro. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o indicador apresentou queda de 33%.

Os dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) são referentes aos registros de ocorrência lavrados nas delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro no mês de janeiro. Para mais informações sobre os indicadores, acesse o site do ISP.

Roubos de cargas se mantêm em uma curva descendente desde 2018

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br



VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

SECRETARIAS DE FAZENDA DO RIO E SÃO PAULO FAZEM OPERAÇÃO CONJUNTA

■ As secretarias de estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) e de São Paulo (Sefaz-SP) deflagraram na quarta-feira uma operação conjunta com o intuito de identificar empresas suspeitas de simular operações para gerar créditos indevidos de ICMS. Os Auditores Fiscais fluminenses e paulistas vão vistoriar estabelecimentos localizados no Estado do Rio que supostamente vendem mercadorias para São Paulo, gerando créditos ilegais de ICMS.

Serão, ao todo, 66 empresas vistoriadas. Juntos, esses contribuintes emitiram, nos últimos 12 meses, um total de cerca de R$ 5,4 bilhões em notas fiscais, que geraram cerca de R$ 600 milhões em créditos de ICMS. As 66 empresas fiscalizadas ficam em 18 cidades: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Pinheiral, Itatiaia, Três Rios, Duque de Caxias, Saquarema, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, Guapimirim, Mendes, Porciúncula, Magé, Paracambi, Tanguá e Japeri. Em um dos locais vistoriados, em Botafogo, zona sul do Rio, o endereço comercial onde deveria funcionar uma empresa está vazio há pelo menos um ano e meio. Mesmo assim, esse suposto estabelecimento vem emitindo notas fiscais de operações que, na verdade, não acontecem.

- Com essa ação, estamos aumentando também a integração entre os Fiscos dos dois estados. A operação faz parte do programa 'Na Mira da Receita Estadual', criado para combater a concorrência desleal e a sonegação fiscal - afirma Guilherme Mercês, secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

Já o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, destaca que a cooperação entre os físicos estaduais é essencial para combater esta modalidade de sonegação fiscal:

- A troca de informações e a atuação conjunta viabilizam a atuação da fiscalização.

Na avaliação do superintendente de Fiscalização da Sefaz-RJ, Almir Machado, essa fraude causa grandes prejuízos para os dois estados:

- Os estabelecimentos que de fato estiverem cometendo a irregularidade terão suas inscrições canceladas no Estado do Rio de Janeiro, e os reais beneficiários terão os créditos invalidados no Estado de São Paulo.

Segundo César Akio Itokawa, diretor de Fiscalização da Sefaz-SP, a pasta vem monitorando operações que envolvem contribuintes paulistas para buscar, identificar e estancar rapidamente as fraudes:

- A equipe de monitoramento e inteligência acessa diariamente o banco de dados de notas fiscais emitidas e recebidas e realiza diversos cruzamentos de dados em busca de padrões de comportamento que se adequam ao perfil das empresas noteiras.

Governo do Estado/Imprensa-RJ

Troca de informações e a atuação conjunta viabilizam a atuação da fiscalização

AGERIO ABRE LINHAS DE CRÉDITO PARA EMPRESAS DE TODOS OS SEGMENTOS

■ A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) está com linhas de crédito abertas para empresas de todos os segmentos e municípios fluminenses. Os financiamentos, com taxas de juros a partir de 0,49% ao mês, podem ser feitos para capital de giro, inovação, turismo, sustentabilidade, máquinas e equipamentos, franquias e expansão. A carência é de até 60 meses, e prazo para pagamento de até 240 meses, conforme a linha selecionada e a análise crédito.

O presidente da AgeRio, André Vila Verde, reforça a importância da iniciativa para a recuperação da economia do Estado.

- Sabemos que a pandemia afetou profundamente o empresariado fluminense e trabalhamos para que a AgeRio tenha papel preponderante na recuperação da economia. Por isso, estamos oferecendo oportunidade de crédito a todos os setores nos 92 municípios do estado. O objetivo é movimentar a economia do Rio de Janeiro e gerar emprego e renda para nossa população - destacou.

A diretora de Operações Tatiana Oliver explica que a AgeRio analisa as necessidades do empresariado fluminense para oferecer produtos adequados à realidade do empreendedor.

- Neste momento estamos com foco nos setores mais afetados pelas medidas restritivas impostas pela pandemia, como turismo, hotelaria e eventos. Mas sabemos que todos os segmentos precisam de apoio e a AgeRio pode ajudar - reforçou.

Os interessados devem acessar o site da Agência pelo endereço www.agerio.com.br e, por meio do menu "empresas", selecionar a linha de interesse, verificar os requisitos para a obtenção e condições do crédito, e fazer a solicitação.

Sobre crédito

Linhas disponíveis:

- capital de giro
- inovação
- turismo
- sustentabilidade
- máquinas e equipamentos
- franquias
- expansão

Condições de crédito (variam conforme linha e análise de crédito):

- Valor do crédito: A partir de R$ 21 mil
- Taxas de juros: a partir de 0,49% ao mês
- Carência: até 60 meses
- Prazo: até 240 meses

Requisitos:

- Documentação conforme linha e análise de crédito
- Apresentação de garantia que pode ser imóvel, carta fiança, aplicação financeira de renda fixa, veículos, fundos garantidores, aval dos sócios e/ou recebíveis.

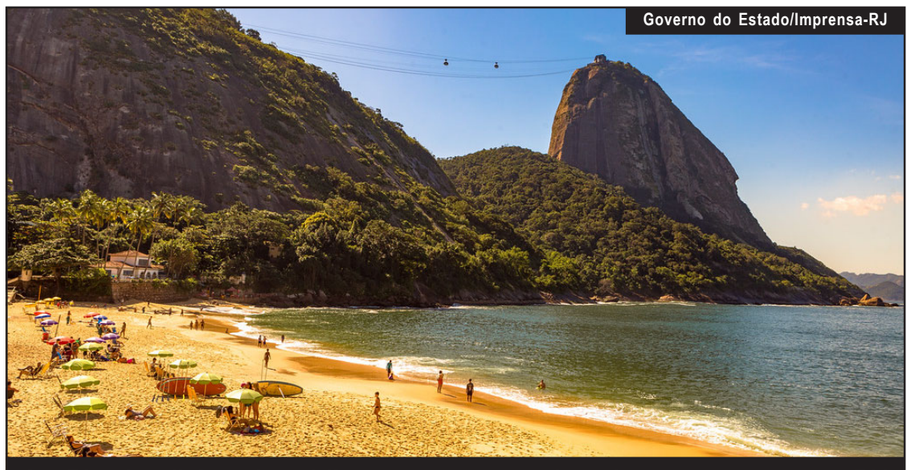
Sobre a AgeRio - A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) é sociedade de economia mista que faz parte da administração indireta do Governo Estadual, sendo vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais (Sedeeri).

A missão da empresa - que opera com recursos próprios, repasses e fundos estaduais - é fomentar, por meio de soluções financeiras, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, com excelência na prestação de serviços.

Os financiamentos são concedidos conforme critérios técnicos e por meio de decisões colegiadas. Todas as solicitações estão sujeitas a análise de crédito, que é determinante para estabelecer as condições de cada operação.

A nova Diretoria da Agência, que tomou posse em 28 de dezembro de 2020, é composta exclusivamente por empregados concursados com longo histórico profissional na instituição. Com atuação focada em ganho de eficiência e assertividade nos negócios, a administração da empresa se concentra no fomento ao desenvolvimento da economia e na geração de emprego e renda, tendo em vista sobretudo o cenário econômico adverso imposto pela pandemia e as vocações regionais de cada região do Rio de Janeiro.

Governo do Estado/Imprensa-RJ



AgeRio abre linhas de crédito para empresas de todos os segmentosno RjJ

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

CAFÉ ESPECIAL DE VARRE-SAI GANHA DESTAQUE NO MERCADO NACIONAL

■ Os cafés especiais estão dando um novo impulso à indústria cafeicultora do estado do Rio de Janeiro - com enfoque na qualidade dos grãos. Para celebrar este avanço, o governador em exercício Cláudio Castro participou, na quinta-feira (25), da entrega dos certificados de premiação aos produtores vencedores do IV Concurso de Cafés Especiais do Rio de Janeiro. O evento foi realizado na sede da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, em Niterói, na Região Metropolitana.

- O concurso, muito mais do que uma competição, é uma exposição. É uma possibilidade para aquele que doa sua vida pelo campo de mostrar o seu trabalho. Quando temos eventos como esse, a gente percebe a riqueza do nosso estado. Temos que inverter a lógica de só ajudar o grande agricultor e incentivar também o pequeno – disse o governador em exercício Cláudio Castro, que ressaltou o trabalho para impulsionar a economia fluminense:

- A questão tributária é um grande desafio para o governo e, em breve, vamos enviar para a Assembleia Legislativa um pacote de medidas de modernização. Entre elas, está o tema dos tributos. O Rio de Janeiro tem cerca de 300 diferentes cadeias tributárias. É preciso tornar o estado mais atrativo para o empreendedor – falou Castro.

Os maiores vencedores foram Fidélis e Alyne Rodolphi, de Varre-Sai, que levaram o primeiro lugar nas categorias Café Natural e Café com Cereja Descascado. O casal faz parte da terceira geração de produtores.

- É muito gratificante receber este prêmio porque é um trabalho que eu e minha família fazemos há cinco anos. Desenvolvemos tecnologia para produção de cafés especiais e já somos finalistas deste concurso pela quarta vez. Agora, saímos campeões – contou Fidélis, que é descendente de italianos e vem de uma geração de cafeicultores:

- Toda a nossa família é envolvida com a produção de café. O concurso vem para dar visibilidade para nossa região, que tem um trabalho de excelência. Com o prêmio, vamos seguir investindo na nossa produção – revelou o agricultor fluminense, de 30 anos.

O secretário de Agricultura, Marcelo Queiroz, destacou o bom desempenho dos participantes, que tiveram seus produtos analisados por especialistas em café.

- É importante essa integração entre associação e secretarias em prol do desenvolvimento desse produto – comentou o secretário de Agricultura, Marcelo Queiroz.

Os lotes de cafés especiais que participaram do concurso já foram leiloados, arrematados e entregues aos respectivos compradores. O concurso foi realizado pela Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro (Ascarj), com o patrocínio da Secretaria de Agricultura e apoio da Emater, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, do Sebrae, da Cooperativa de Produtores de Café do Noroeste Fluminense e do Ministério da Agricultura.

Produção fluminense - Segundo dados da Emater-Rio, a produção total do café fluminense em 2019 foi de 27.698 toneladas de grãos verdes. O número total de produtores foi de 2.550, com 13 mil pessoas ocupadas na atividade de produção e extração, e um valor total obtido com a produção de R$ 75 milhões. A região Noroeste do Estado concentra 72,2% da produção, enquanto a Região Serrana é responsável por 27,6%, a maioria de pequenos e médios produtores.

Café especial do Rio de Janeiro ganha destaque no mercado nacional

- Estamos desenvolvendo diversas medidas para dar maior visibilidade e maior possibilidade de os cafeicultores fluminenses se expandirem para o mercado nacional - comentou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Leonardo Soares.

Novas instalações da Pesagro-Rio - O governador em exercício também conheceu as novas instalações dos laboratórios da Pesagro-Rio, que foram reformadas e contribuem para o desenvolvimento de pesquisas importantes para a agricultura fluminense. Foram cerca de cinco meses de intervenções, com um investimento de R$ 80 mil, que contemplaram a ampliação de algumas salas, reparo no telhado e troca do sistema elétrico. Os laboratórios, credenciados pelo Ministério da Agricultura, são referência no estado e responsáveis pela segurança alimentar, com emissão de certificados e controle de qualidade.

TÉCNICOS FAZEM INSPEÇÕES EM PONTES E PASSARELAS NO NOROESTE

■ O Governo do Estado, por meio da Secretária de Infraestrutura e Obras (Seinfra), enviou uma equipe de técnicos do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA) para verificar as condições estruturais de pontes e passarelas nos municípios de Natividade e Porciúncula, no Noroeste Fluminense.

Recentemente, os dois municípios foram atingidos por fortes chuvas que podem ter prejudicado as estruturas das referidas obras de arte da engenharia, como são chamadas tecnicamente pontes, viadutos, passarelas e túneis.

O monitoramento dessas estruturas permitirá a formação de um banco de dados junto à Seinfra para orientar os programas de investimento, além de possibilitar a redução do colapso inesperado da estrutura.

Os técnicos ficaram no Noroeste Fluminense até esta sexta-feira e os trabalhos e estudos foram concluídos com exito.

As estruturas que podem ter sido afetadas por fortes chuvas serão analisadas pela Secretaria de Obras.

Técnicos fazem inspeções em pontes e passarelas no Noroeste Fluminense após as cheias do Rio Carangola

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

ALERJ APROVA PRORROGAÇÃO DE CALAMIDADE NO ESTADO DO RIO E EM MUNICÍPIOS FLUMINENSES

■ A Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj) reconheceu a prorrogação do estado de calamidade pública para prevenção e enfrentamento à pandemia de coronavírus no Estado do Rio e em mais de dez municípios fluminenses. No caso da calamidade estadual, a prorrogação vai até primeiro de julho de 2021. Já com relação aos municípios, os prazos iniciais e finais estabelecidos em cada norma municipal devem respeitar como limite final a data de 31 de dezembro de 2021. A determinação é do projeto de decreto legislativo 56/2021, de autoria do deputado André Ceciliano (PT), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em discussão única. O texto será promulgado pelo próprio Ceciliano, presidente do Parlamento Fluminense.

A norma altera a Lei 9.008/20, que reconheceu a calamidade pública estadual no ano passado e ratifica a legislação com base no decreto do Governo do Estado 47.428/21, que prorrogou a calamidade até julho de 2021. A medida também prorroga a calamidade pública de, ao menos, dez municípios até no máximo dezembro de 2021. São eles: Carmo, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, São Gonçalo, Rio das Ostras, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes, Barra do Piraí, Magé e Sapucaia. O presidente Ceciliano publicou o texto no Diário Oficial na sexta-feira (26) e incluirá outros municípios que enviarem pedido de calamidade à Alerj nos próximos dias.

O reconhecimento do estado de calamidade pública permite que fiquem suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Federal 101/2000, bem como o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista. Todas as contratações realizadas durante o estado de calamidade deverão ser disponibilizadas na internet em um prazo máximo de 30 dias.

Ainda de acordo com o decreto, poderá ser constituída, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, uma Comissão Especial de monitoramento e controle social, composta por, no mínimo, cinco auditores, a fim de supervisionar as despesas efetuadas pelos municípios no período de vigência do estado de calamidade pública oficialmente reconhecido.

"Com a implementação do isolamento social, o inevitável aumento dos gastos com saúde e equipamentos de proteção e tratamento ao covid-19, assim como a previsão de uma crise financeira de efeitos ainda incertos, a decretação da calamidade pública tornou-se a única saída", justificou o presidente da Casa.

FOTO: Alerj/Imprensa-RJ

"Decretação da calamidade pública tornou-se a única saída", justificou o presidente da Casa

JUIZ CONDENA MUNICÍPIOS E EX-PREFEITOS DE APERIBÉ E SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E OUTROS NOVE RÉUS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

■ O juiz Rodrigo Rebouças, da 2ª Vara de Santo Antônio de Pádua, condenou o ex-prefeito do município Luiz Fernando Padilha Leite (Nando) e o espólio do ex-prefeito de Aperibé Paulo Fernando Dias (Foguetinho), morto em 2014, os dois municípios, além de outros nove réus, ao ressarcimento de mais de R$ 13 milhões aos cofres públicos.

A ação civil pública movida pelo Ministério Público buscava a responsabilização por improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, danos causados ao patrimônio público e múltiplas violações aos princípios da administração pública praticados por meio de contratações irregulares celebradas pelos municípios de Santo Antônio de Pádua e de Aperibé com a Associação Brasileira de Desenvolvimento Humano (ABDH) e a Organização Nacional de Estudos e Projetos (Onep). Os contratos foram realizados sem licitação, para a prestação dos mais variados serviços, que envolviam significativos valores com desvio de recursos.

Também são réus na ação Tarcisio Padilha Aquino, Antonio Roberto Daher Nascimento Filho, Enilda de Oliveira da Fonseca Uchoa de Alcântara, Paulo Fernando Martins da Silva, Hamilton Sampaio da Silva, Firmino Luiz dos Santos Neto, Ivan Eduardo Pinheiro Pereira, além da Onep e da ABDH.

De acordo com a sentença, ficou comprovado que houve saques em espécie e cheques assinados em branco e entregues aos gestores dos contratos, caracterizando, de acordo com o Ministério Público, utilizações de recursos municipais como se fossem de propriedade privada.

"Restou comprovado que as condutas dos réus causaram lesão ao erário, que ocorreu perda patrimonial, desvio, na forma do art. 10, caput e inciso I, bem como com suas atitudes atentaram contra os princípios da administração pública, na forma do art. 11, todos da Lei 8.429/92", afirmou o juiz na sentença.

A decisão também torna nulos os contratos e proíbe os réus de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. A sentença determina ainda a perda da função pública ou a cassação de aposentadoria dos réus, além da suspensão de direitos políticos de sete acusados, o pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano, além de ter declarado nulos os contratos firmados entre os municípios e a ABDH e a ONEP.

FONTE: TJ/Processo 3486-57.2008.819.0050

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br

MP INVESTIGA INDÍCIOS DE "FURA-FILA" DA VACINA EM NATIVIDADE E COBRA EXPLICAÇÕES

■ O Ministério Público Estadual já está de posse da lista dos primeiros vacinados contra a covid-19, fornecida pelo município de Natividade. A informação foi confirmada no final da manhã de quinta-feira (25), pela promotora Raquel Rosmaninho, titular da 2ª Tutela Coletiva, que já havia recebido denúncias de suposta imunização em desacordo com os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, o famoso "fura-fila".

De acordo com Rosmaninho, em rápida análise, já foram verificados indícios de que diversas pessoas que não fazem parte da linha de frente do combate à doença, teriam sido beneficiadas em detrimento de outros e que diante disso, abriu investigação para apurar os fatos e já cobrou explicações à Secretaria Municipal de Saúde, além do Hospital Natividade, que é filantrópico, mas que vacinação é de responsabilidade municipal.

– Já notifiquei o município e o hospital a se manifestarem. Há indícios de vacinação de servidores que não mantém contato direto com a população. Na planilha, colocaram nomes com cargos, que não fazem parte da linha de frente. Até no CRAS – Centro de Referência e Assistência Social – que sequer é área da saúde, teve servidor vacinado! Em não concordo com isso! Estou aguardando as justificativas dos questionamentos. Mas tiveram várias coisas aparentemente erradas! Não há razão de certas pessoas terem sido vacinadas como prioridade, – destacou a promotora em declaração à Rádio Natividade.

FOTO: ARQUIVO/INTERNET

Cobranças por explicações partiram da 2ª Tutela Coletiva

Outro lado: Procurado pela emissora, o prefeito Severiano Rezende, que se encontra em Brasília (DF), cumprindo agenda oficial, se disse surpreso com a informação e afirmou que assim que retornar à cidade, irá se inteirar do assunto e procurar saber de detalhes do caso. Já a secretária Marília Serrano, afirmou que a pasta tem cumprido rigorosamente os protocolos estabelecidos, nega a possibilidade de "fura-fila" e sustenta que, inclusive, já respondeu aos questionamentos do MP. **Da redação da Rádio Natividade**

MPF DENUNCIA FRAUDES E SUPERFATURAMENTO EM HOSPITAL DE CAMPANHA NO NORTE FLUMINENSE

■ O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o secretário de Governo de Carapebus (RJ), Eduardo Nunes Cordeiro, o secretário de Saúde, Leonardo Sarmento Charles, o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Phelippe Rocha Nogueira, o diretor do Pronto Atendimento Carlitos Gonçalves, Nélio Fernando Fonseca, do coordenador do almoxarifado da Secretaria de Saúde, Manoel de Paula Neto, além de 3 empresários, por fraude licitatória e superfaturamento na contratação e montagem do hospital de campanha para atendimento de pacientes com suspeita de contaminação pela covid-19.

A denúncia é resultado da Operação Scepticus, deflagrada em junho de 2020, com o objetivo de apurar fraudes em diversas dispensas de licitação abertas pela secretaria de saúde de Carapebus, para promoção de ações de combate ao novo coronavírus.

A investigação revelou que os servidores públicos denunciados forjaram o processo de dispensa de licitação para montagem do hospital de campanha, com o objetivo de beneficiar a empresa Talimaq Construtora Ltda. – ME, de propriedade do empresário Robson Santos Ribeiro. A empreitada criminosa contou com a contribuição de Matheus da Silva Lima, proprietário da Planning Empreendimentos e Serviços Eireli ME, e de Ramon Tadeu França, empregado da Talimaq e dono da empresa Mecafort Consultoria Especializada, que apresentaram propostas de preço dentro do procedimento de dispensa.

A Prefeitura de Carapebus pagou R$ 1.352.698,00 pela montagem e manutenção do hospital de campanha pelo prazo de três meses. Perícia realizada pela Polícia Federal apontou um superfaturamento total de R$ 763.395,48, por meio da prática do sobrepreço na estimativa do preço e pela substituição de itens da planilha por outros de valor inferior.

No curso da apuração, o MPF ajuizou diversas ações de natureza cautelar e obteve o sequestro de bens dos denunciados, com a finalidade de garantir o ressarcimento dos danos causados ao erário.

A denúncia foi recebida pelo Juízo da Vara Federal de Macaé, nos autos do processo nº 5000334-94.2021.4.02.5116.

A investigação do MPF prossegue para apurar a replicação do mesmo esquema em outros procedimentos de dispensa de licitação, abertos para compra de medicamentos, equipamentos de proteção individual, material hospitalar, testes rápidos, equipamentos hospitalares e material de limpeza. A soma de recursos públicos envolvidos nas dispensas de licitação investigadas alcança a cifra de aproximadamente R$ 4,7 milhões.

Operação Scepticus - A Operação Scepticus teve o objetivo de apurar fraudes em licitações no Fundo Municipal de Saúde no Norte Fluminense. Além de Carapebus, houve cumprimento de mandados de busca e apreensão em Campos dos Goytacazes, Duas Barras, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Itaperuna, Macaé e Armação de Búzios, no Rio de Janeiro, e Vitória (ES), com a apreensão de medicamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de limpeza e correlatos para a realização de perícia pela Polícia Federal.

"Scepticus é uma palavra de origem latina que significa ceticismo, traduzindo a falta de crença nas ações de combate à covid-19 dos agentes públicos e empresários investigados", detalhou, à época da deflagração da operação, o procurador da República Fábio Sanches, responsável pelo caso.

Assessoria de Comunicação Social

FOTO: ARQUIVO/INTERNET

MPF denuncia 8 pessoas por superfaturamento em hospital de campanha de Carapebus

VISITE O NOSSO SITE:
www.oitaperunense.com.br